

Congresso revê ¹⁰ salário mínimo

O Congresso Nacional vai reunir-se logo nos primeiros dias da próxima legislatura para questionar a utilização pelo Executivo de decreto ordinário para a fixação do salário mínimo de janeiro. O projeto de lei aprovado pelo Congresso foi integralmente vetado pelo presidente José Sarney.

A informação foi dada ontem pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), ao receber do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) requerimento pedindo a convocação extraordinária dos parlamentares nos dias 11 e 12 deste mês, para examinar os vetos cuja mensagem ainda não chegou ao Congresso. Segundo Lucena, o uso do decreto ordinário para fixar o mínimo vem sendo muito criticado por deputados e senadores, que vão analisar sua legalidade antes mesmo de examinar o veto presidencial.

Pressa

No requerimento, Chiarelli alega que o projeto do salário mínimo tramitou em regime de urgência e às vésperas do recesso parlamentar e acabou sendo aprovado há dois dias do fim da legislatura. Toda essa pressa impediu um estudo mais acurado do projeto, além de inviabilizar qualquer modificação através de emendas. O senador disse que ainda assim o Congresso cumpriu com suas novas responsabilidades e foi surpreendido pelo anúncio feito pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique Santos, de que Sarney vetaria totalmente a proposta do Legislativo.

O senador gaúcho é um dos que questiona a validade do decreto ordinário para a fixação de salário mínimo e acredita que o Executivo se valeu desse instrumento para evitar a convocação extraordinária do Congresso. Com base nessa argumentação é que Chiarelli pretende obter esta convocação para que os parlamentares examinem as restrições do Executivo que trata de matéria de interesse público relevante.

O presidente do Congresso inicia hoje uma viagem de 20 dias ao Japão, China e Coreia, mas deixa todo o procedimento necessário à convocação encaminhado. Ontem mesmo, entrou em contato com alguns líderes partidários de quem depende a convocação das bancadas e, em consequência, a garantia de quorum.